

A GRANDE ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA E A AMEAÇA NUCLEAR IRANIANA¹

MANUEL DOMINGOS ANTUNES DIAS
*Professor do Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna*

Resumo: *A resolução da crise provocada pela questão nuclear iraniana passará pela intensa pressão indirecta dos EUA, com prevalência do cerco diplomático e de negociações bilaterais secretas, a troco de eventuais compensações. Neste hiato e paralelamente, assistiremos, contudo, a uma escalada de tensão e ao emergir de Israel que optará, sempre que necessário e oportuno, pela estratégia directa, defensiva e ofensiva, no sentido de preservar a sua integridade e o seu posicionamento geopolítico e geoestratégico na região, funcionando, ao mesmo tempo, como garante e como guarda avançada da grande estratégia norte-americana.*

Abstract: *The problem caused by the Iranian nuclear issue will be solved by intense indirect pressure of the United States especially by diplomatic endeavour and secret bilateral negotiations in exchange for possible compensations. During this period we will simultaneously witness a rise in tension and the emergence of Israel. This nation will choose whenever necessary and convenient direct strategy, both offensive and defensive, so as to preserve its*

1 O presente artigo constitui um excerto do trabalho elaborado no âmbito do Mestrado em Estratégia, cadeira de Teoria Geral da Estratégia II, ISCSP, 2006/2007.

integrity and geopolitical and geostrategic position in the region while functioning as a guarantee and a front of North American strategy as well.

Introdução

“Desde o colapso da União Soviética, uma nova política americana emergiu no Médio Oriente, preocupada com objectivos diferentes. O seu objectivo principal é evitar o aparecimento de uma hegemonia regional – que uma única potência da região possa dominar a zona e assim estabelecer o controlo monopolista do petróleo do Médio Oriente.”²

Bernard Lewis

A actual crise americano-iraniana faz emergir os condicionalismos da grande estratégia norte-americana e o *perigo em suspenso*, corporizado pela ameaça que constitui o Irão *nuclearizado*. Neste sentido e a partir da delimitação dos conceitos de estratégia e de crise, procederemos à caracterização dos actores em oposição, EUA e Irão, constituindo este o objecto do presente artigo, acentuando, em especial, os fundamentos ou pressupostos político-ideológicos do regime iraniano e da grande estratégia norte-americana, pós 11 de Setembro, pós deposição de Saddam Hussein e consequente queda do partido Baas no Iraque e a *derrota* dos talibans afegãos.

Desta confluência ou correlação de interesses geopolíticos e geoestratégicos, emerge, em particular, o posicionamento do

2 Bernard Lewis, *A Crise do Islão, Guerra Santa e Terror Ímpio*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2006, p.95.

Príncipe norte-americano e a subsequente política externa, de matriz geopolítica hegemónica, perante a *postura agressiva* da *potência regional* Irão e os fenómenos da violência, onde se inclui a *guerra*, a ameaça nuclear, a criminalidade organizada, na sua vertente transnacional, e o terrorismo, enquanto realidade *quase* autónoma desta última.

De que forma a ideologia, a religião e a violência condicionam a política externa da *hiperpotência* EUA e da potência regional Irão? Quais os fundamentos e o impacto da grande estratégia norte-americana e da estratégia iraniana na *ordem* actual? Quanto aos EUA, estaremos perante a “visão de um império que morre”³? Será possível, na conjuntura actual, atenuar a *aparente* ameaça iraniana, materializada, em parte, pelo desenvolvimento do seu programa nuclear, através da estratégia indirecta?

O nosso interesse por esta problemática e a subsequente reflexão inserem-se, pois, no contexto mais alargado da globalização dos riscos e das ameaças, em especial das redes de criminalidade organizada e a sua conexão com o terrorismo, do “despertar do mundo muçulmano e da reconquista da sua autonomia política e ideológica”⁴, da proliferação das armas de destruição maciça ou do controlo dos acessos a recursos energéticos, que contribuem para a insegurança e para o desmoronar do equilíbrio estratégico.

1. Estratégia

“A política externa é uma das poucas actividades do Estado que na maior parte dos casos pode ser desenvolvida por um restrito grupo de pessoas muito

3 Jean-Baptiste Duroselle, *Tout Empire Périra, Théorie des Relations Internationales*, Armand Colin, Paris, 1992, p.310.

4 Hélène Carrère D'Encousse, *L'Empire Éclat*, Flammarion, Paris, 1978, p.352.

influentes, longe da opinião pública ou da sanção imediata da crítica popular.”⁵

António Marques Bessa

O conceito de estratégia, enquanto “instrumento indissociável da acção política e diplomática, tanto na guerra como na paz”⁶ é uma “ciência e arte subordinada da Política, constituindo o seu móbil a segurança e a sobrevivência, estando a sua essência baseada na dialéctica de vontades e constituindo a coacção”, ou seja, o “emprego sustentado das diferentes formas de coacção no mundo globalizado” o “seu objecto.”⁷

Para Couto, a estratégia, na actualidade, é tida como “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico).”⁸

Ainda e de harmonia com o mesmo autor, a estratégia “consiste em articular, combinar e dosear, numa visão global, os vectores militar, económico, psicológico, etc, na consecução de objectivos políticos num ambiente de confrontação”⁹, à qual não é alheia, também, o vector jurídico – policial.

5 António Marques Bessa, *O Olhar de Leviathan, Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001, p.79.

6 João Vieira Borges, *Pensamento Estratégico Português, Contributos (Séc. XVI – XIX)*, Prefácio, Lisboa, 2006, p.14.

7 *Ibidem*, p.56.

8 In prefácio da obra de Francisco Abreu, *Fundamentos de estratégia militar e empresarial*, Sílabo Gestão, Lisboa, 2002.

9 In prefácio da obra de André Beaufre, *Introdução à Estratégia*, Edições Sílabo, 1ª Edição, Lisboa, 2004.

Estamos, pois, no âmbito da estratégia total ou integral dos Estados que, engloba, por sua vez, as estratégias gerais e as particulares, delimitadas por um ambiente de conflituosidade, oposição e competição.

Acresce, por outro lado, que a estratégia designa-se por directa quando alude à ameaça de emprego ou utilização da força, bem como a estratégia indirecta privilegia, primeiramente, modalidades de acção alternativas ao uso da força ou coacção.

Beaufre define estratégia como a “arte de utilizar a *força* para a concretização dos objectivos da política”, podendo estes ser ofensivos, e defensivos, acrescentando, contudo, que aquela “não pode ser mais o apanágio dos militares.” Este autor refere que a “escolha dos meios vai depender do confronto entre as vulnerabilidades do adversário e as nossas possibilidades”, reforçando que aquela escolha “deve estar perfeitamente adaptada às possibilidades próprias e às vulnerabilidades adversas”¹⁰, permitindo, consequentemente, elaborar o plano estratégico em função da escolha de modelos estratégicos.

Este autor salienta que os modelos estratégicos (modelo da ameaça directa, modelo da pressão indirecta, modelo por acções sucessivas, modelo de luta total prolongada de fraca intensidade militar e modelo de conflito violento visando a vitória militar) “ordenam-se segundo dois «modos» principais: a estratégia directa e a estratégia indirecta.” A estratégia directa funda-se na “procura da decisão ou da dissuasão, através do emprego ou da existência das forças militares consideradas como meio principal”, ao passo que a estratégia indirecta “inspira todas as formas de conflito que não procuram directamente a decisão da confrontação das forças militares, mas sim através de processos menos directos, quer de ordem política ou económica [...]” Acrescenta que este modo de

10 André Beaufre, *Introdução à Estratégia*, Edições Sílabo, 1ª Edição, Lisboa, 2004, pp.29, 35 e 38.

estratégia “está cada vez mais em voga desde que a ameaça de guerra integral baseada no modo directo parece dever conduzir inevitavelmente a destruições recíprocas inaceitáveis [...]”, constituindo, assim, a “única estratégia que se pode utilizar, desde que a ameaça das armas nucleares paralisou a estratégia directa.”¹¹

Torna-se imperioso recuperar, também, a noção de grande estratégia ou global, da autoria de Liddell Hart, ao designar aquela como a “arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma Nação ou de um grupo de Nações, para a consecução dos objectivos definidos pela política.”¹²

Corroboramos da opinião de Beaufre ao enunciar que a estratégia se torna “incompreensível se a limitarmos à área militar, uma vez que demasiados factores decisivos escapam a essa área”, bem como partilhamos do conceito por si proposto de estratégia total, ou seja, “aquela que tem como finalidade conduzir os conflitos violentos e insidiosos, empreendidos simultaneamente nas várias áreas, política, económica, diplomática e militar, e que, portanto, apresenta um carácter total.”¹³

Neste sentido, adquire pertinência e actualidade o pensamento daquele autor ao mencionar, no âmbito da política militar de contenção e de dissuasão, a necessidade de se “organizar, o melhor possível, o estudo da conjuntura”, constituindo um imperativo “saber prever convenientemente.” Relembra, também, que “não há estratégia moderna sem organismos de estudo poderosamente apetrechados, sem um óptimo método de análise das situações, sem um perfeito conhecimento da evolução e das possibilidades de invenções de toda a espécie, susceptíveis de serem utilizadas.”¹⁴

11 A. Beaufre, *Op.Cit.*, pp.40 a 42, 57 e 58.

12 *Apud* J.V.Borges, *Op.Cit.*,p.40.

13 A. Beaufre, *Op.Cit.*, p.145.

14 *Idem*, p.148.

2. A crise iraniana

Ao reputarmos que a actual tensão e impasse entre os EUA e o Irão configura uma crise internacional, de repercussões imprevisíveis mas, desde logo, com uma especial projecção regional, potenciadora de um *quase* conflito armado e generalizado no Médio Oriente, atenta, entre outros, a ligação e o consequente apoio do regime iraniano à Síria, tendo desencadeado, recentemente, um suposto ataque de Israel a uma central nuclear em construção no norte da Síria, ao Hezbollah no Líbano, ao Hamas palestiniiano e o fomento da instabilidade no Iraque, importa aludir, sucintamente, que o conceito de crise, embora complexo, é caracterizado pela disrupção, pela incerteza na avaliação da situação, das alternativas e das consequências, pela escassez ou inadequação de informação, pela pressão sobre os actores, pela alteração constante de *forças* entre os antagonistas ou opositores e pela ameaça aos interesses e objectivos dos actores envolvidos.

É subjacente à crise EUA/Irão todo um conjunto de factores, previsíveis e desejados mas, simultaneamente, negligenciados e em incubação, ao longo do tempo, originando, consequentemente, um esforço acrescido no que respeita às possibilidades de influência durante a presente crise. Neste contexto, podemos afirmar que esta tem, pelos antecedentes que mais à frente desenvolveremos, pouco de inesperado, bem como aquelas possibilidades de influência se apresentam reduzidas, dada a inflexibilidade e a postura agressiva do Irão, a abertura relativa de Teerão à realização de inspecções ao desenvolvimento do seu programa nuclear, através da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), cujos resultados se mostram, até ao momento, infrutíferos e a relutância ou impotência por parte do Conselho de Segurança em aplicar novas sanções, ao qual não é alheia a oposição da Rússia e da China, gerando, necessariamente, um clima de desconfiança e o despoletar de compromissos aparentes por banda do actor iraniano.

Estamos, assim, perante um conflito acentuado de interesses entre estes dois actores principais, não descurando toda a envolvente regional e internacional, onde não faltam declarações inflamadas, discursos exagerados e ambíguos que revelam, simultaneamente, secretismo e posições públicas extremadas, tais como a possibilidade de conversações bilaterais secretas ou a iminência de um ataque contra as instalações nucleares iranianas e acções de represália contra os “infiéis” ou o Ocidente.

3. Os elementos estruturantes da política iraniana

A compreensão do actual impasse e da tensão permanente entre os actores EUA e o Irão remete-nos para uma breve caracterização do fundamentalismo islâmico-político, cujo grande teorizador foi o egípcio Sayyid Qutb, do regime iraniano, ao pretender assumir-se como uma potência regional, fruto, grandemente, da conjugação do sustentáculo ideológico subjacente ao regime, do acesso a recursos energéticos de valor estratégico acrescentado, dado possuir as segundas maiores reservas mundiais de petróleo, da localização geográfica privilegiada, do *colapso* da vizinha potência Iraque e da *ameaça em suspenso* que constitui o desenvolvimento do seu programa nuclear, cujo estágio se ignora.

Interessa apelar e corroborar do pressuposto que a “proliferação de armas nucleares ou outras de destruição maciça é um fenómeno central da lenta mas inelutável difusão do poder num mundo multicivilizacional”¹⁵, a par do Islão, conforme refere Lewis, não ser “apenas uma questão de fé e de prática religiosa”, mas “também uma identidade e uma lealdade – para muitos, uma identidade e uma lealdade que transcende qualquer outra.”¹⁶ Para

15 Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, 2ª Edição, Lisboa, 2001, p.224.

16 *Op.Cit.*, p.38.

Lawrence Wright¹⁷ e ao invés de Huntington, estamos perante aquilo a que denomina um choque entre identidades dentro da mesma civilização.

Neste sentido, releva, primeiramente, que a Pérsia, segundo Lewis, é “uma adaptação europeia, originalmente grega, do nome Pars, mais tarde Fars, que era o nome de uma província no oeste do Irão”¹⁸, cuja língua oficial é o farsi.

O Irão tem uma população estimada em mais de 68 milhões de habitantes, situa-se no sudoeste asiático e Médio Oriente, faz fronteira a norte com o Turquemenistão, Azerbaijão, a oeste com a Turquia e Iraque, a este com o Afeganistão e Paquistão e a sul com o Koweit, Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Omã. Acresce a posição geográfica do Irão, sendo banhado pelo Mar Cáspio a norte e pelos Golfos de Omã e Pérsico a sul.

Trata-se de uma república islâmica, de matriz conservadora, da qual emergem as figuras do guia supremo Ali Khamenei e do presidente Mahmoud Ahmadinejad. O maior grupo étnico é o persa, com cerca de metade da população e a religião oficial é o ramo xiita do islão, constituindo os muçulmanos xiitas 90% e os sunitas 9%.

O Irão integra a grande civilização islâmica que, de harmonia com Huntington, se subdivide em “muitas culturas ou subcivilizações dentro do islão, incluindo a arábica, a turca, a persa e a malaia.”¹⁹

Convém referir que no “mundo ocidental, a unidade básica de organização humana é a nação, que do ponto de vista americano – mas não do europeu – é sinónimo virtual de país. Este é depois dividido de várias maneiras, uma das quais pela religião.

17 *Vide* entrevista ao semanário Expresso, de 8 de Setembro e autor da obra *A Torre do Desassossego – O Percorso da Al-Qaeda até ao 11 de Setembro*, Casa das Letras, 2007.

18 *Op.Cit.*, p.19.

19 *Op.Cit.*,p.50.

Os muçulmanos, porém, tendem para ver não uma nação dividida em grupos religiosos, mas uma religião dividida em nações.”²⁰

Acresce, pois, que o “fundamentalismo islamista rejeita o Estado-nação em favor da unidade do islão”, constituindo o “pequeno grupo e a grande fé, a tribo e a *ummah*” os “principais focos de lealdade e de empenhamento.”²¹

Neste seguimento, o “conhecimento da história no Médio Oriente é fomentado pelo púlpito, pelas escolas e pelos meios de comunicação, e embora ele possa ser – e sem dúvida muitas vezes é – oblíquo e inexacto, é no entanto vivo e fortemente ressonante.” Releva que o Islão “designa mais de catorze séculos de história, 1,3 biliões de pessoas, e uma tradição religiosa e cultural de enorme diversidade”, abrangendo desde Marrocos à Indonésia, e do Kazaquistão ao Senegal.”²²

Para melhor compreensão do pensamento político iraniano, releva que, desde Maomé, os “muçulmanos tornaram-se imediatamente uma comunidade política e religiosa”, cabendo àquele declarar a guerra e a paz, tendo o Ayatollah Khomeini referido que o “Islão ou é política ou não é nada”, realidade esta corroborada e materializada na shari`a, a “Lei Santa, que se ocupa extensivamente da aquisição e exercício do poder, da natureza da legitimidade e da autoridade, dos deveres do governante e do súbdito (...).”²³

Assim e no que concerne ao Irão, os mulás, i.e., o clero, não só definem a ortodoxia religiosa, como possuem mecanismos de cariz inquisitório para o respectivo cumprimento da lei santa ou sagrada, dando-lhe um cunho quase radical, assumindo a religião um factor significativo e preponderante na condução e exercício da política, incluindo o poder militar.

20 B.Lewis, *Op.Cit.*,p.18.

21 S.P.Huntington, *Op.Cit.*,p.205.

22 B.Lewis, *Op.Cit.*,pp.21 e 29.

23 *Idem*, pp.31 e 32.

Naquele país, o aparecimento de uma hierarquia clerical, personificada por Khomeini, permitiu a assunção da “autoridade suprema dentro do estado”, tendo a Revolução Islâmica iraniana provocado “um impacte tremendo não só no próprio país e no seu povo, mas também em todos os países e povos com os quais partilhava um universo comum de raciocínio.” Segundo Lewis, aquela revolução, que se caracteriza pelo terror e pela “Guerra de Intervenção”, também tem os “seus jacobinos e bolcheviques, determinados a esmagar qualquer sinal de pragmatismo ou moderação”, possuindo uma “rede própria de agentes e emissários que se esforçam de diversas maneiras para promover a causa da revolução ou, pelo menos, do regime que é visto como a sua encarnação.”²⁴

Para Lewis, ao “Irão revolucionário faltam os meios, os recursos e as competências para se tornar uma grande potência e uma ameaça mundial”, na medida em que a “ameaça que ele representa recai em primeiro lugar e de maneira esmagadora sobre os muçulmanos e o próprio Islão.” Na sequência do ora citado, não nos parece despidendo inferir o recente apoio militar dos EUA aos países do Golfo Pérsico, vizinhos do Irão. Acrescenta, igualmente, que a “onda revolucionária do Islão” associa as componentes “sentimento de humilhação: o sentimento de uma comunidade de indivíduos habituados a considerarem-se os únicos guardiões da verdade de Deus, encarregados por Ele de a levarem aos infiéis, que de repente se vêem dominados e explorados por esses mesmos infiéis (...)”, a “frustração” e “uma nova confiança e sensação de poder”²⁵, fruto, grandemente, do valor estratégico e da riqueza proveniente do petróleo.

Relevante se torna recuperar Aaron Friedberg, ao vaticinar, nos anos 90, que “Em muitos aspectos, o poder relativo [dos

24 *Op.Cit.*,p.40.

25 *Op.Cit.*, p.41.

Estados Unidos] decrescerá a um ritmo acelerado”, sendo que “No campo militar, o equilíbrio das capacidades efectivas entre os Estados Unidos e um número crescente de potências regionais (incluindo, talvez, o Irão, a Índia e a China) deslocar-se-á do centro para a periferia”, acrescentando que “parte do poder estrutural da América transferir-se-á para outros países; outra parte (nela incluída algum do seu poder *soft*) encontrará o seu novo destino nas mãos de actores não estatais.”²⁶

O impasse a que assistimos entre os EUA e o Irão resulta, também e para além do profundo choque político-ideológico, da incapacidade de influenciar ou persuadir aquele último, fruto, grandemente, dos “recursos económicos, militares, institucionais, demográficos, políticos, tecnológicos, sociais e outros” em jogo. Deparamos, por outro lado, com capacidades militares desiguais no que respeita às suas dimensões quantitativa e tecnológica, mas *aparentemente* igual nas dimensões organizativa, dado o desgaste provocado pelo Iraque, e, em especial, social, ou seja, na “capacidade e vontade da sociedade”, refira-se EUA, “aplicar eficazmente a força.” Não devemos, pois, descuidar o facto do Irão todo fazer para se posicionar dentro do grupo de países possuidores ou em vias de possuir armas nucleares, fazendo das contingências regionais ou da “regionalização a tendência central da estratégia e do poder militar.”²⁷

O ressurgimento islâmico é um movimento complexo, composto pelos fundamentalismos xiita e sunita, visando, segundo al-Turabi, o despertar global e a consequente “reconstrução global da sociedade, de alto a baixo.” No entanto, a “ausência de um Estado-núcleo tem contribuído bastante para a multiplicação dos conflitos internos e externos que caracterizam o islão”, gerando este “uma consciência de identidade, mas sem coesão” e, simul-

26 *Apud* S.Huntington, *Op.Cit.*, pp.94 e 95.

27 S.Huntington, *Op.Cit.*, pp.96, 102 e 104.

taneamente, “uma fonte de fraqueza e de ameaça.” Parece-nos inquestionável, não obstante o islão estar “dividido em centros de poder concorrentes”, assentes na religião e no tribalismo, que o Irão tem assumido e tentado, abertamente, “exercer influência e fornecer liderança para a *umma*h ou “civilização islâmica como um todo”, dado que “tem dimensão, localização central, população, tradições históricas, recursos petrolíferos e um nível médio de desenvolvimento económico que poderia qualificá-lo para Estado-núcleo islâmico.” Contudo, tal pretensão esbarra na impossibilidade de se tornar um Estado-núcleo forte e unificador do Islão devido, desde logo, à concorrência de outros actores como a Turquia, a Arábia Saudita, o Paquistão ou o Egipto, à impossibilidade de conciliar as várias lideranças religiosas e políticas numa mesma entidade ou comunidade político-religiosa, a par de 90% dos muçulmanos serem sunitas e o Irão xiita, bem como o “persa está longe do árabe como língua do islão e as relações entre Persas e Árabes têm sido, historicamente, antagónicas.”²⁸

Torna-se, igualmente, relevante frisar que a corrida a armas nucleares por parte do Irão se inscreve na lógica das potências regionais maximizarem o “efeito dissuasor das suas armas sobre eventual acção militar convencional” contra elas, bem como as “armas nucleares têm sido as armas com que os fracos compensam a sua inferioridade convencional”, tornando-se as “armas dos fracos.” Neste sentido, o programa de desenvolvimento de armas nucleares iraniano remonta aos anos 80 e 90, graças à cooperação da China, da Coreia do Norte e do Paquistão, tendo Rafsanjani proferido que os iranianos “deviam estar completamente equipados com armas químicas, bacteriológicas e radiológicas, ofensivas e defensivas”, secundado por outro político iraniano ao afirmar que se “Israel continua a possuir armas nucleares, nós, muçulmanos,

28 *Idem*, pp.131 e 208.

devemos cooperar para produzirmos uma bomba atômica, apesar das tentativas da ONU para impedir a sua proliferação.”²⁹

A corrida ao armamento nuclear por parte do Irão põe em evidência e problematiza aquilo a que Huntington apelida de “aliança de cruzados e sionistas”, define como “de acumulação contra acumulação”, característica da guerra fria, e “de acumulação contra contenção”, sendo que os “esforços do Ocidente para forçar a contenção podem diminuir a acumulação de armas por outras sociedades, mas não as fará parar”, em parte porque os “motivos políticos dos Estados-núcleos e das potências regionais” tudo farão para proteger as suas hegemonias e atenuar os interesses hegemónicos da grande potencia EUA.³⁰

O cunho radical e fundamentalista remonta e radica no ódio visceral que alguns nutrem em relação à *cruzada de infieis*, bastando, para o efeito, recuperar a “Declaração da Frente do Mundo Islâmico para a Jihad contra os judeus e os cruzados”, publicada no jornal árabe *Al-Quds al-'Arabî*, em 1998, publicada em Londres e da autoria de Osama bin Laden, onde consta: “Desde que Deus criou a Península Arábica e o seu deserto e a rodeou pelos seus mares, nunca nela aconteceu uma calamidade como estas chusmas de cruzados que por ela se espalharam como gafanhotos, cobrindo o seu chão, comendo os seus frutos e destruindo a sua vegetação; e isto num tempo em que as nações contendem contra os muçulmanos como glutões que se acotovelam em volta de uma tigela de comida.”

O texto apela a factos que se resumem, em parte, ao seguinte: os EUA “ocupam as terras do Islão no mais sagrado dos seus territórios, a Arábia, saqueando as suas riquezas, oprimindo os seus governantes, humilhando o seu povo, ameaçando os seus vizinhos, e usando as suas bases nesta península como uma ponta de lança

29 *Idem*, pp.218 e 219.

30 *Idem*, pp.222 e 293.

para lutar contra os povos islâmicos vizinhos” e “os objectivos dos Americanos nestas guerras sejam de natureza religiosa e económica, também servem os interesses do insignificante estado dos judeus, para desviar as atenções da sua ocupação de Jerusalém e dos assassinios de muçulmanos aí perpetrados. Não há melhor prova de tudo isso do que a ânsia de destruir o Iraque, o mais forte dos estados árabes vizinhos, e a sua tentativa de desmembrar todos os estados da região, como o Iraque, a Arábia Saudita, o Egipto e o Sudão, em pequenos estados insignificantes, cuja divisão e enfraquecimento garantiriam a sobrevivência de Israel e a continuação da calamitosa ocupação das terras da arábia pelos cruzados.”

Desta declaração consta, também, que a *jihad* contra os inimigos de Deus e do Profeta Maomé “passa a ser um dever pessoal de cada muçulmano”, resultando na *fatwa* de “matar Americanos e os seus aliados, tanto civis como militares(...)em qualquer país onde isso seja possível, enquanto a Mesquita Aqsa [em Jerusalém] e a mesquita Harâm [em Meca] não forem libertadas das suas garras, e enquanto os seus exércitos, destroçados e sem fôlego, não saírem de todas as terras do Islão, incapazes de ameaçar qualquer muçulmano.”³¹

4. A grande estratégia norte-americana

Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 marcam, em termos factuais e inexoravelmente, a política externa americana na actualidade, emergindo, conseqüentemente, uma estratégia que assenta na luta ou guerra global contra o terrorismo ou o terror, representado, em particular, pela política agressiva iraniana, pelo perigo/ameaça nuclear iraniana, pela ameaça islâmico-sunita Al-Qaeda, pelo separatismo, pelo extremismo e fundamentalismo de

31 B.Lewis, *Op.Cit.*, pp.21 a 23.

cunho religioso, a par da refundação do mundo árabe-muçulmano e da manutenção militar americana no mundo.

A estratégia americana, ao constituir, como referimos anteriormente, o “instrumento indissociável da acção política e diplomática, tanto na guerra como na paz”, reflecte a “preocupação de qualquer governo americano” no sentido de “definir os interesses dos E.U e planear políticas para sua protecção e progresso”³², adoptando, para o efeito, políticas cuja finalidade é evitar a hegemonia de potências regionais, entre as quais se encontra o Irão, cujos interesses colidam ou façam perigar os interesses americanos.

É neste contexto que devemos compreender o recente investimento e reforço militar, preconizado pelos EUA, relativamente aos países árabes que constituem a *frente* sunita, constituída pela Árabia Saudita, Egipto, Emirados Árabes Unidos e Jordânia, com o objectivo de criar um pacto de segurança regional e contrabalançar o poderio iraniano, de matriz xiita.

Torna-se imperioso aludir, novamente, à noção de grande estratégia, da autoria de Liddell Hart, para salientar que os “meios da política externa”³³, pacíficos e violentos, compreendem, entre outros, a negociação, a pressão política, a pressão económica, a dissuasão, a pressão militar ou a guerra. Esta última afigura-se, cada vez mais, como *não normativizada*, configurando conflitos armados ou insurreições armadas, ou seja, guerras curtas, cirúrgicas, de baixa intensidade, visando, essencialmente, ganhar posicionamento estratégico e o conseqüente controlo de áreas ricas em recursos energéticos.

Convém, contudo e antes de abordarmos o pensamento neoconservador, enfatizar que “não existe ordem internacional propriamente dita, mas relações preferenciais para benefício mútuo”, bem como a “sociedade internacional está concebida como

32 B.Lewis, *Op.Cit.*p.95.

33 A.M.Bessa, *Op.Cit.*, p.136 a 142.

uma sociedade próxima do estado de natureza, de modo que cada actor busca maximizar os seus interesses”, motivo pelo qual não devemos descurar que as “relações entre os poderes são sobretudo relações de força.”³⁴ Neste contexto, a sempiterna solução militar para o impasse americano-persa não está afastada, embora nos pareça que a via diplomática, os sinais de força, com Israel à cabeça, as pressões, directas e indirectas, regionais e internacionais e, certamente, algumas compensações poderão fazer recuar o programa nuclear iraniano e toda uma estratégia agressiva que lhe é subjacente.

A política externa norte-americana actual, de influência neoconservadora, assenta nos “conceitos de alteração de regime, hegemonia benevolente, unipolaridade, prevenção e excepionalidade americana (...) imagens de marca da política externa da administração de Bush.”³⁵

Os princípios subjacentes ao pensamento neoconservador consubstanciam, pois, a importância do “carácter interno dos regimes”, na medida em que a “natureza do regime influencia o seu comportamento externo”, o uso do poder americano para fins morais, dado que os EUA, “como potência mundial dominante, têm uma responsabilidade especial no campo da segurança”, a desconfiança relativamente a “projectos ambiciosos de engenharia ou construção social” e o cepticismo quanto à “legitimidade e à eficácia do direito internacional e das instituições internacionais para garantirem quer a segurança, quer a justiça”, uma vez que o “direito internacional é demasiado fraco para fazer cumprir as regras e impedir a agressão”, bem como desconfiam da ONU, enquanto “árbitro” e “executor da justiça internacional.”³⁶

34 A.M.Bessa, *Op.Cit.*, p.74.

35 Francis Fukuyama, *Depois dos Neoconservadores, A América na Encruzilhada*, Gradiva, Lisboa, 2006, pp.14 e 42.

36 *Idem.*, pp.49 e 50.

Ainda e no que concerne à justificação da alteração de regime no Iraque e as consequências daí esperadas, entre as quais podemos inferir a pacificação do Médio Oriente, tornando, assim, Israel mais seguro, importa relembrar, face à situação actual no Iraque e à crise iraniana, a concepção de regime preconizada por Leo Strauss, não obstante este ser conotado como um dos membros do pensamento neoconservador, visto que os regimes “não são apenas as instituições formais e as estruturas de autoridade”, mas também as sociedades que moldam e são moldadas pelos regimes, aludindo à importância dos “valores não escritos pelos quais os povos se regem, baseados na religião, no parentesco e na experiência histórica partilhada.”³⁷

Interessa, neste contexto, acentuar, também, que as “políticas externas no passado e no presente compartilham uma notável característica: não caem do Céu porque não são feitas na cidade celeste à volta do Trono do Cordeiro, nem são feitas por fantasmas através de miasmáticas influências sobre o cérebro dos dirigentes, nem pelas massas que só assumem algum protagonismo emprestado na figura da opinião pública e do soldado; e, o pior de tudo, é que essas políticas têm consequências não pequenas para as populações (...).³⁸

A actual política externa americana enforma, pois, uma estratégia intervencionista e expansiva, crente da possibilidade de “ligar poder e moral” e de prestar um “serviço público global”³⁹, fazendo assentar na hegemonia e na superioridade militar, ou seja, no poder militar, o instrumento ou o meio para a consecução dos interesses americanos, privilegiando, desta forma e *aparentemente*, o *hard power* ao *soft power*.

37 Apud F.Fukuyma, *Op.Cit.*, p.34.

38 A.M.Bessa, *Op.Cit.*,p.37.

39 F.Fukuyma, *Op.Cit.*,pp.50 e 85.

Os fundamentos da doutrina preemptiva/antecipatória ou da guerra preventiva, que caracterizam a estratégia *violenta* norte-americana neste início de século, entroncam nas ideias de segurança e de ideologia subjacentes à “política de «grandeza nacional»”, manifestando-se esta, “inevitavelmente, na política externa”, tida, por sua vez e consequentemente, “como um assunto político” que “envolve matérias de vida e de morte.” Justifica-se, assim, que a promoção da democracia “noutras paragens” constitua, para Bush, um requisito urgente para a segurança⁴⁰ da nação americana, a par da inevitável resposta unilateral, não descurando o auxílio de países voluntários, a ameaças, iminentes ou emergentes, de Estados, Estados-párias e actores supra estatais, resultante, necessariamente, da aparente falência da teoria da contenção e da dissuasão e, em particular, da eclosão do terrorismo, sem endereço para retaliação, que colocou em causa o poder hegemónico americano e o equilíbrio nas relações internacionais.

Partindo da premissa maquiavelista de que os fins justificam os meios, podendo o Príncipe usar métodos imorais para preservar o poder, reportamo-nos, desde logo, à história pré-conflitual entre os EUA e o Irão e Iraque, merecendo, primeiramente, reflectir sobre o papel, de aliado, da potência americana em relação ao regime iraniano nos anos 50 e ao regime iraquiano, não obstante a viragem ocorrida, quanto ao último, no decénio de 90 do século passado, dado “quem torna outrem poderoso, arruína-se a si próprio” uma vez que “o poder que conservais é produto da vossa grande capacidade política ou da vossa força, e tanto uma como outra vos tornarão suspeito àqueles a quem engrandecestes.”⁴¹

A ocupação militar do Iraque, facilitadora do *perigo* iraniano e da *desordem* emergente, remete-nos para as palavras sábias de

40 *Idem*, pp.44 a 48.

41 Nicolau Maquiavel, *Da Guerra e da Paz*, Coisas de Ler Edições, Queluz, 2006, pp.28 e 29.

Maquiavel, referindo-se este às “dificuldades” e à necessidade de “grande fortuna” com a conquista de “Estados numa província de língua, costumes e leis diferentes”, bem como e no que respeita às “coisas do Estado”, “todos os príncipes sábios (...) devem não só precaver-se contra as desordens presentes, mas também contra as futuras”, capacidade só a alcance dos “prudentes”⁴², mediante, certamente, a utilização dos canais diplomáticos e da via da negociação.

O Príncipe norte-americano vê-se, presentemente, confrontado com o aparente colapso da grande estratégia concebida para o Iraque, assente nos desígnios da promoção da democracia através da alteração de regime, extensiva, também, ao mundo islâmico e árabe, assistindo-se a uma luta de poder interminável, devido, certamente, à inexistência de “sólidos alicerces” que caracterizam aquele e qualquer Estado, onde se inclui o Irão, ou seja, “as boas leis e as boas armas” e, conseqüentemente, depara-se com um dilema quanto à utilização do “engenho” ou da “força”, reforçado pelo impasse quanto ao regime iraniano e à subsequente ameaça nuclear.

Conclusão

A grande estratégia americana confronta-se, na actualidade, com o *aparente* fracasso da sua concepção e conseqüente materialização dos axiomas subjacentes àquela, nomeadamente o moralismo, a guerra preventiva, justa e global, contra a violência, o Eixo do Mal e o terror, de cunho fundamentalista e religioso, e a alteração de regime, como forma de democratizar e banir regimes tirânicos, supostamente possuidores de armas de destruição maciça e santuários de terroristas, resultando numa estratégia *violenta*, ao

42 Maquiavel, *O Príncipe*, Coisas de Ler Edições, Queluz, 2003, pp.24 e 26.

arrepio do Direito internacional, num impasse e num cepticismo generalizado.

Aos EUA, na qualidade de guardião do mundo, exige-se, face ao quadro de insurreição generalizada e prolongada, à falência dos propósitos quanto ao Iraque e, em especial, à actual estratégia agressiva do Irão e à crise decorrente do perigo nuclear iraniano, a adopção da *estratégia possível*, a assentar, necessariamente, no cerco diplomático, na contenção, na dissuasão e no compósito *soft power/hard power/smart power*, de forma a estabilizar, em particular, o Médio Oriente e o Golfo Pérsico.

Neste sentido e relembrando Beaufre, quando “os meios militares são insuficientes para se atingir o resultado desejado, a acção militar passa a ter apenas um papel auxiliar no quadro de uma manobra de estratégia total baseada no modo indirecto, através da qual a decisão resultará de acções políticas, económicas ou diplomáticas, convenientemente combinadas”⁴³, conforme podemos ilustrar com a recente *desnuclearização* norte-coreana, resultante, certamente, de conversações bilaterais secretas e a troco de compensações.

Os desafios são, pois, cada vez maiores e com desfecho incerto, porquanto e como salienta Fukuyama, o mundo do século XXI é caracterizado pela “hegemonia americana e por um descontentamento anti-americano global, onde não faltam formas modernas de equilíbrio incipiente; uma mudança de ênfase no local onde agir, passando este dos estados-nação para os actores não estatais e outras forças transnacionais; uma correlativa desintegração da soberania enquanto princípio normativo e realidade empírica; e o aparecimento de um grande número de estados fracos e falhados que são a fonte da maioria dos problemas globais.”⁴⁴

43 Op.Cit., pp.81 e 82.

44 Op.Cit., p.19.

A actual situação de impasse na crise iraniana e no conflito ou *guerra irracional* e insustentável que molda o Iraque não é dissociável, por um lado, dos interesses, das motivações económicas e da singular percepção etnocêntrica das elites americanas, bem como, por outro, do fundamentalismo religioso e do radicalismo das forças do Mal, corporizados no *terror em suspenso* ou na violência gratuita.

Será que o *soft-power*, a geopolítica crítica, a geografia humana, a pressão diplomática ou o apoio a grupos moderados constituem a panaceia ou a alternativa que permite a almejada mudança ou alteração democrática no mundo, em especial no islâmico? Como atenuar a tensão entre o Islão secular e o Islão religioso, de forma a permitir a sua coexistência harmoniosa? Será possível dissuadir e conter o desafio do regime iraniano, levando-o a aceitar um acordo e uma saída digna da actual crise, com prejuízo do seu papel de potência regional?

A incerteza da resposta a estas simples perguntas é indissociável do caos, da vulnerabilidade e das ameaças assimétricas, decorrentes de factores políticos, sociais ou religiosos, assim como de toda uma multiplicidade de actores, estatais e supra estatais, que emergem, por exemplo, da luta pela liderança entre o Irão e a Arábia Saudita, da divisão entre xiitas e sunitas, da ascensão xiita, de matriz violenta, corporizada pelo Irão *nuclearizado*, e do consequente efeito simpatia/contágio aos restantes países, como o Líbano ou o Iraque, do radicalismo sunita, encabeçado pela Al-Qaeda, não descurando outras zonas de perturbação, tais como o conflito intra palestino ou a crise paquistanesa.

Acresce referir que o futuro se afigura cada vez mais incerto, sob o signo do império da violência, da intolerância, do regresso ao medievalismo, onde não falta a deturpação das bases filosóficas onde assentam as civilizações ou identidades, dando origem à perda do espaço mítico, à eclosão de conflitos identitários e à consequente radicalização étnica e religiosa.

Por último e em termos prospectivos, a resolução da crise provocada pela questão nuclear iraniana passará pela intensa pressão indirecta dos EUA, com prevalência do cerco diplomático e de negociações bilaterais secretas, a troco de eventuais compensações. Neste hiato e paralelamente, assistiremos, contudo, a uma escalada de tensão e ao emergir de Israel que optará, sempre que necessário e oportuno, pela estratégia directa, defensiva e ofensiva, no sentido de preservar a sua integridade e o seu posicionamento geopolítico e geoestratégico na região, funcionando, ao mesmo tempo, como garante e como guarda avançada da grande estratégia norte-americana.

Bibliografia

Abreu, Francisco, *Fundamentos de estratégia militar e empresarial*, Sílabo Gestão, Lisboa, 2002

Beaufre, André, *Introdução à Estratégia*, Edições Sílabo, 1ª Edição, Lisboa, 2004

Bessa, António Marques *O Olhar de Leviathan, Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2001

Borges, João Vieira, *Pensamento Estratégico Português, Contributos (Séc. XVI – XIX)*, Prefácio, Lisboa, 2006

D'Encousse, Hélène Carrère, *L'Empire Éclat*, Flammarion, Paris, 1978

Duroselle, Jean-Baptiste, *Tout Empire Périra, Théorie des Relations Internationales*, Armand Colin, Paris, 1992

Fukuyama, Francis, *Depois dos Neoconservadores, A América na Encruzilhada*, Gradiva, Lisboa, 2006

Huntington, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, 2ª Edição, Lisboa, 2001

Lewis, Bernard, *A Crise do Islão, Guerra Santa e Terror Ímpio*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2006

Maquiavel, Nicolau, *Da Guerra e da Paz*, Coisas de Ler Edições, Queluz, 2006

Maquiavel, *O Príncipe*, Coisas de Ler Edições, Queluz, 2003